

# Grande ABC sofre com falta de medicamentos

Hospitais e farmácias públicas e particulares da região enfrentam desabastecimento que afeta mercado nacional

JOYCE CUNHA  
joycecunha@dgabc.com.br

Hospitais e farmácias do Grande ABC buscam alternativas para garantir o atendimento de pacientes em cenário de falta de medicamentos. Entre os itens indisponíveis ou com baixo estoque nas prateleiras de unidades públicas e privadas em todo o Estado estão remédios básicos, como analgésicos e antibióticos, e utilizados no tratamento de doenças graves, como leucemia, Alzheimer e Parkinson.

A lista de medicamentos dispensados pelos governos federal e estadual possui 300 itens, 134 deles comprados e distribuídos pela União. A Secretaria de Saúde do Estado afirma que, no primeiro trimestre do ano, houve atraso e envio parcial de 29 remédios, sendo 22 de responsabilidade do Ministério da Saúde – veja relação em tabela ao lado.

O atraso e a falha na distribuição afetam hospitais públicos de São Bernardo. Entre os itens faltantes estão medicamentos para o tratamento de Alzheimer (donepezila, galantamina e rivastigmina); doença de Parkinson (entacapone e rasagilina), leucemias e prevenção a rejeição de transplantes (rituximabe); tratamento de doenças autoimunes (infliximabe); e tratamento de artrite inflamatória (golimumabe). Alguns dos remédios citados não aparecem na lista enviada pela Secretaria de Saúde do Estado.

A Prefeitura garante que, na falta de um dos itens, operações de remanejamento entre as unidades são realizadas para atender à demanda, o que, segundo nota enviada pelo Paço, “não impede o desabastecimento caso o Ministério não cumpra com o envio”.

São Caetano também informa sentir o impacto das falhas de envio pelo Ministério da Saúde e governo do Estado. A Prefeitura afirma que estão em falta metildopa, tipo de anti-hipertensivo – estoque para, aproximadamente, dois meses, e os antibióticos amoxicilina e cefalexina – quantidade disponível atende à demanda da cidade por apenas 20 dias. Nenhum dos itens aparece na listagem estadual.

**DIFICULDADES LOCAIS**  
As prefeituras da região



À PROCURA. Pessoas aguardam na fila para retirada de medicamentos na farmácia de alto custo do Hospital Mário Covas, em Santo André

também têm listagem de remédios que precisam adquirir e que estão em falta no mercado. Em Mauá, gestores da saúde

admitem a possibilidade da falta de alguns medicamentos injetáveis e que dependem de embalagens ou ampolas

de vidro âmbar, tipo de material utilizado pela indústria farmacêutica.

Diadema afirma ter “limita-

ção momentânea” para a compra de anti-inflamatórios, analgésicos e solução parenteral, tipo de nutrição adminis-

trada por via intravenosa, sem especificar quais são as medicações. Em caso de falta de algum dos itens, a Prefeitura realiza a substituição por outro medicamento da mesma classe terapêutica disponível na Remume (Relação Municipal de Medicamentos).

A Prefeitura de Ribeirão Pires relata dificuldade para a aquisição de itens como dipirona injetável e antialérgicos (dexclorfeniramina e maleato), sem informar se adota medidas para não prejudicar o atendimento dos pacientes.

Santo André afirma ter, em média, 90% dos estoques abastecidos, com a distribuição regular dos medicamentos às unidades dispensadoras. Rio Grande da Serra não se manifestou sobre o assunto.

A Secretaria de Saúde estadual informou, em nota, que realiza processo de compra dos medicamentos em falta pelo Estado e aguarda a regularização dos itens enviados pelo Ministério da Saúde, ressaltando que “apenas redistribui os medicamentos e comunica os pacientes assim que o órgão federal realiza as entregas e as farmácias são abastecidas.”

Em resposta aos questionamentos do Diário, o Ministério da Saúde declarou que “trabalha, sem medir esforços, juntamente com a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para verificar as causas e articular ações emergenciais para mitigar o desabastecimento dos medicamentos citados”.

MEDICAMENTOS EM ATRASO OU ENVIO PARCIAL NO ESTADO	
<b>Aquisição e distribuição - governo federal</b>	
■ Biotina 2,5 mg	vitamina B7
■ Acetato Desmopressina 001 mg/ml 2,5 ml	diabetes e incontinência urinária
■ Entacapone* 200 mg	tratamento doença de Parkinson
■ Everolimo 0,5 mg	prevenção à rejeição de órgãos
■ Fingolimide 0,5 mg	tratamento de esclerose múltipla
■ Galantamina* 16 mg, 24 mg e 8 mg	tratamento Alzheimer
■ Golimumabe* 50 mg	tratamento de artrite inflamatória
■ Inunoglobulina Humana	anti-inflamatório
■ Infliximab* 100 mg	tratamento de doença Crohn, calça, artrite, doença de Behçet
■ Levotiroxina* 100 mg e 250 mg	tratamento epilepsia
■ Micofenolato 180 mg	tratamento ou prevenção à rejeição de órgãos
■ Quetiapina de 200 mg, Quetiapina Fumarato 100 mg, Quetiapina Hemifumarato 25 mg	tratamento da esquizofrenia e transtornos mentais
■ Rasagilina* 1 mg	tratamento doença de Parkinson
■ Tafamidis* 20 mg	tratamento de amiloidose (grupo de doenças raras)
■ Teriflumida* 14 mg	tratamento de esclerose múltipla
<b>Aquisição e distribuição - governo do Estado</b>	
■ Budesonide 200 mg	anti-inflamatório
■ Cloridrato 5 mg	tratamento de espasmos musculares
■ Clobazam 10 mg	tratamento epilepsia
■ Genfibrozila 600 mg	controle de colesterol
■ Naproxeno 250 mg	anti-inflamatório
■ Pravastatina 20 mg	controle de colesterol
■ Timolol 0,5% Sol. Oftálmica Esteril fresco 5 ml	anestésico em cirurgias na região do globo ocular

\* Medicamentos em falta em São Bernardo

## Lockdown na China, guerra e teto da União são justificativas

Hospitais e farmácias particulares também sofrem com a falta de medicamentos no mercado. O Diário ouviu especialistas da saúde e entidades do setor para identificar possíveis razões para o cenário atual e medidas para solucionar ou reduzir o problema.

O presidente do CRF-SP (Conselho Regional de Farmácia do Estado), Marcelo Polacow, aponta a guerra na Ucrânia – e os impactos na relação entre Rússia e países da União Europeia –, e o lockdown na China como principais fatores externos para o desabastecimento do mercado nacional. “Acredito que a situação vai se agravar nos próximos meses e as indústrias farmacêuticas serão impactadas. A China fornece, além de insumos, materiais de embalagens, máquinas que produzem medicamentos e peças de reposição”, apontou.

Internamente, o controle da política de preços de medicamentos pela CMDE (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos), do governo

federal, a falta de apoio a laboratórios farmacêuticos públicos, a exemplo da Furp (Fundação Para o Remédio Popular de São Paulo) e a falta de diálogo com o setor industrial agravam a crise.

“Essa é uma situação inadmissível. As pessoas precisam dos medicamentos, especialmente em um cenário de desemprego, de inflação. A falta dos remédios pode provocar o agravamento de doenças. A sociedade precisa pressionar e os governantes precisam atuar politicamente para reverter a situação, facilitando a entrada de insumos e investindo em ciência e tecnologia para o País ser menos dependente do mercado externo”, avaliou a professora de saúde coletiva da FMABC (Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC) Vânia Barbosa Nascimento.

O SindHosp (Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado) afirma que 55% dos hospitais particulares indicam a falta ou dificuldade

de compra de medicamentos somado à alta de preços como principais problemas enfrentados pelas unidades de saúde. Os dados foram levantados em pesquisa aplicada, entre 19 de abril e 12 de maio, com 76 hospitais do Estado.

Já o Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos) informa que o setor não reconhece problemas na produção ou distribuição de antibióticos para farmácias, argumentando que houve aumento da demanda, mas que há adequação das indústrias e que “a oferta é regular”.

Sobre o desabastecimento de itens em hospitais, o Sindusfarma afirma que há relatos de “problemas pontuais” de fornecimento de alguns medicamentos “devido a instabilidades pontuais no suprimento de embalagens e de insumos farmacêuticos ativos importados usados em sua composição”.

Uma entidade argumenta que a política de controle de preços pelo governo federal “que vigora há 19 anos, ultrapassado e desconectado da realidade” impede o ajuste necessário à continuação da produção de produtos essenciais por parte da indústria farmacêutica. **JC**